



## SEGREGAÇÃO E MORADORES RIBEIRINHOS DO BAIRRO SÃO GABRIEL EM UNIÃO DA VITÓRIA<sup>1</sup>

KOVALCZUK, Maricler Wollinger<sup>2</sup>

SCHMIDT, Lisandro Pezzi<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo apresenta resultados da pesquisa relacionada às ocupações à margem do Rio Iguçu, no Bairro São Gabriel, em União da Vitória – PR. A investigação buscou a compreensão dos diferentes aspectos que permeiam a ocupação do espaço urbano, bem como o entendimento sobre a segregação urbana traduzida em resultado da desigualdade socioespacial expressa na cidade e concentrada em diferentes grupos sociais. A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender a importância, para a geografia, da dinâmica de ocupação do espaço, uma vez que os riscos socioambientais urbanos associados às vulnerabilidades demandam envolvimento efetivo e profundo da ciência, da técnica e da política na proposição e implementação de ações para minimizar e/ou solucionar os desafios socioambientais apresentados. Os resultados obtidos demonstraram a interrelação entre as condições de impactos, riscos ambientais, pobreza urbana e vulnerabilidades socioambientais urbanas num processo que colabora para a produção de cidades ilegais (informais) com estreita relação entre a localização espacial dos grupos sociais.

**Palavras-chave:** produção da cidade; riscos socioambientais; urbanização.

### ABSTRACT

This study present result of research related to occupations outside the Iguçu River in São Gabriel neighborhood, in União da Vitória – Pr. The research sought to understand the different aspects that permeate the urban space, as well the understanding of urban segregation translated as a result of socio-spatial inequality expressed in the city and concentrated in different social groups. Justified by the need to understand the importance for the geography, the dynamics occupation of space, since the social and environmental risks associated with urban vulnerabilities require effective involvement and depth of science, technology and politics in proposing and implementing actions to minimize and/or solve the environmental challenges presented. The results demonstrated the interrelationship between conditions impacts, environmental risks, urban poverty and urban environmental

<sup>1</sup> EIXO TEMÁTICO: A dinâmica das cidades e a produção do espaço.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO - Guarapuava. E-mail [mariclerwk@hotmail.com](mailto:mariclerwk@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós graduação e graduação em Geografia, Unicentro. E-mail [lisandrops@hotmail.com](mailto:lisandrops@hotmail.com)



vulnerabilities in a process that contributes to the production of cities illegal (informal) close relationship between the spatial locations of social groups.

**Keywords:** city production; social and environmental risks; urbanization.

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental mantém estreita relação com a geografia que, como ciência tem a relação homem *versus* meio como seu objeto de estudo. De acordo com Suertegaray (2006, p.97): “[...] pensar o meio ambiente em geografia é considerar a relação natureza X sociedade uma conjunção complexa e conflituosa, que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem”.

Considerando as questões ligadas ao meio ambiente e sua relação com o homem, este estudo analisa a dinâmica da ocupação do espaço urbano de União da Vitória - PR, de modo específico, do Bairro São Gabriel, na área correspondente à margem esquerda do Rio Iguaçu, cuja realidade demonstra os riscos socioambientais urbanos<sup>4</sup> transformadores da paisagem urbana.

Historicamente, várias cidades originaram-se a partir de suas atividades e ocupação às margens de rios. Estes com capacidade de prover necessidades consideradas essenciais como, por exemplo, abastecimento de água e, não raras vezes, como via de transporte. Outra consideração relevante diz respeito ao processo de formação e desenvolvimento dessas cidades que implica em problemas de origens e consequências diversas.

É importante observar que cada cidade possui um ambiente natural peculiar com elementos comuns e diferenciais que derivam de sua localização, de seu ambiente natural em muitos dos principais aspectos como, por exemplo, a relação entre o rio e o processo de urbanização. Segundo Barbin (2003, p.09): “[...] o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomadas em conjunto, compreendem um registro de interação entre os

---

<sup>4</sup> Riscos socioambientais urbanos: [...] dizem respeito aos fenômenos imbricados de contingências naturais e sociais que desestabilizam as condições de vida das sociedades urbanas; eles evidenciam elementos e fatores de ordem natural (ambiental) e social (cultural, política, econômica e tecnológica) (MENDONÇA, 2010, p.156).



processos naturais e os propósitos humanos através do tempo”. Esses fatores associados contribuem na identidade única da cidade.

Nesse sentido, União da Vitória – PR apresenta características peculiares devido à articulação entre seu histórico, localização e formação socioespacial, uma vez que no século XVIII, a região onde o município está situado, foi cenário de exploração com o ciclo do gado, da madeira e da erva-mate, promovendo o surgimento de comércios e transferência de lucros/capital para regiões mais promissoras onde a valorização imobiliária era mais atraente. A pesquisa analisa as ocupações à margem do Rio Iguaçu, no Bairro São Gabriel, em União da Vitória – PR. Também, busca compreender aspectos que permeiam a ocupação do espaço urbano e a segregação urbana.

O estudo se caracteriza, sob a ótica dos procedimentos técnicos, em pesquisa bibliográfica e exploratória. Os dados apresentados na pesquisa foram coletados de fontes bibliográficas e documentais (legislação municipal) disponibilizados pela prefeitura municipal de União da Vitória – PR e pesquisa de campo.

A ocupação de áreas irregulares em União da Vitória – PR, mais especificamente, no Bairro São Gabriel, numa faixa de aproximadamente mil metros, à margem esquerda do Rio Iguaçu, por uma massa populacional apresentando fator de risco e vulnerabilidade socioambiental urbano<sup>5</sup> reflete a problemática de questões ambientais numa dialética ininterrupta que desafia, não só geógrafos, mas também e, principalmente, gestores públicos e privados do espaço urbano.

Nesse sentido, Mendonça (2009, p.129) explicita que, as condições de vida da população assumiram, gradativamente, papel decisivo como foco de estudo e gestão dos espaços urbanos: “[...] O atrelamento entre as condições modo de vida urbana encontram-se na gênese dos problemas ambientais urbanos, fato que os torna socioambientais, e revela, ao mesmo tempo, diferenciações claras entre a cidade formal, a cidade informal<sup>6</sup> e a cidade do cotidiano”.

<sup>5</sup> Risco e vulnerabilidade socioambiental: a noção de risco e de vulnerabilidade socioambiental liga-se tanto às ciências da natureza quanto às ciências da sociedade, tanto às ciências básicas quanto às ciências aplicadas, tanto à academia quanto às sociedade em sua dimensão ampla e complexa. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos remetem a uma abordagem dual e de interface sobre a cidade, aspecto que evidencia o necessário exercício do diálogo e troca de saberes que explicitam, portanto, a construção de um conhecimento mais complexo que aquele gestado pela modernidade (MENDONÇA, 2009, p.129).

<sup>6</sup>Cidade informal é composta por regiões periféricas sem infraestrutura suficiente e/ou adequada (FREITAS, 2012).



De acordo com Grazia e Queiroz (2001, p.91): “Embora a cidade informal careça das condições necessárias à vida no cotidiano urbano, ela é acessível aos assentamentos de baixa renda que a ocupam e que desempenham um papel na estrutura econômica e social das cidades”.

Esses autores enfatizam que um dos agravantes à qualidade de vida na cidade informal constitui-se de sua localização, quase sempre, em áreas sujeitas a perigos naturais, entre os quais, enchentes e deslizamentos. Assim, a condição de pobreza de dada população mantém vínculo estreito com a condição de formação de riscos e vulnerabilidade socioambiental.

Cabe à geografia compreender as representações e os processos que submetem o comportamento humano a ocupação e transformação de espaços, pois, sendo o Brasil considerado um dos países em condições socioeconômicas de alta complexidade. Segundo Mendonça (2002) há sempre novos e complexos problemas de ordem socioambiental que dificultam a compreensão sobre a questão do espaço e da sociedade urbanas com destaque no contexto das cidades.

A importância da pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a importância, para a geografia, da dinâmica da ocupação do espaço, uma vez que os riscos socioambientais urbanos associados às vulnerabilidades demandam envolvimento efetivo e profundo da ciência, da técnica e da política na proposição e implementação de ações para minimizar e/ou solucionar os desafios socioambientais apresentados.

## **2 OCUPAÇÕES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

O processo de urbanização constitui-se como merecedora de atenção especial na sociedade contemporânea e, para uma análise efetiva, devem estar previstos subprocessos relacionados ao campo da economia, da política, da área social e cultural.

Conforme Santos (2005, p.11) além desses fatores há outros como, por exemplo: “[...] realizações técnicas e modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Os nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização para iluminar o entendimento do processo”.

Sob esse entendimento, a partir da relação com o espaço geográfico, a compreensão da produção espacial remete, de acordo com Santos (1985), para além dos aspectos visíveis



exigindo compreensão sobre a forma como os determinantes políticos, culturais e econômicos passam a se formalizar na sociedade, entendida como totalidade social e produtora das transformações sociais.

Nesse contexto, devem-se considerar os aspectos físicos, pois as atividades humanas encontram-se explícitas. Isso implica na importância da observação do cenário da geografia afetado por mudanças locais, globais e crises, fato que exige dos geógrafos atenção permanente.

Conforme Santos (1999), as características que evidenciam as diferenças dos espaços têm origem nas ações humanas capazes de criar objetos técnicos e construir os sistemas de informações denominados 'meio-tecno-científico-informacional'.

Para Santos (1999, p.92) lugar é a totalidade: “[...] todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la”. Isso significa que a totalidade é responsável por explicar as partes, uma vez que o universo é regido por leis e estruturas internas que o organizam e ordenam.

Ainda, valendo-se de Santos (1999), os lugares expressam o movimento da divisão do trabalho, cujo modo de produção capitalista se estabelece pela divisão do grau de desenvolvimento e reprodução do capital. Enquanto que para Marx (2005), à medida que a força de trabalho encontra maiores dificuldades na forma de sua reprodução, as condições pioram e os lugares tornam-se cada vez mais degradáveis. Essa degradação pode ser constatada na existência de favelas, nos índices de subempregos (informalidade), na degradação dos espaços de moradia em regiões periféricas e ribeirinhas, na degeneração da moral, dos bons costumes e valores, na violência entre os homens e contra o meio natural no qual estão inseridos.

De acordo com Mendonça (2004a), da interação entre a sociedade e a natureza derivam os problemas que marcam espaços de aglomeração humana.

Durante algum tempo as pesquisas trataram dos problemas ligados aos espaços citadinos e ao ambiente urbano em direção à perspectiva de impacto ambiental urbano privilegiando soluções de cunho naturalista (exemplo: ênfase no verde urbano, degradação hídrica, estudos dedicados às inundações, aos deslizamentos e outros); estudiosos como,



Michel Serres (1989 citado por MENDONÇA, 2004a) e Santos (2005) utilizaram-se de concepções relativas a diferenças entre o ritmo dos processos sociais e da natureza.

Contudo, uma abordagem mais profunda e complexa dos problemas ambientais passou a ser exigida, tendo em vista uma sociedade urbana que experimenta problemas de significativa gravidade para a maior parcela da população a partir de processos de exclusão e injustiça social.

Esses aspectos fundamentam-se, segundo Mendonça (2004a), na exposição desse contingente populacional a fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais de impacto, sejam eventuais ou catastróficos, e vivências a riscos ambientais<sup>7</sup>.

Nessa perspectiva, surgem condições inconfundíveis entre a cidade formal (legal) e a cidade informal (ilegal).

[...] a par do comportamento especulativo do capital imobiliário, os pobres são muitas vezes impelidos a criar uma cidade ilegal nos interstícios da cidade legal, muitas vezes aproveitando áreas públicas ociosas e/ou de preservação ambiental, incapazes que são de competir no mercado formal da terra urbana. Enquanto o consumo de produtos modernos é estimulado pela mídia e facilitado pelo crédito, o mesmo não ocorre em relação à habitação. Esses moradores constroem por seus próprios meios suas moradas, sem assistência técnica ou financiamento, já que a irregularidade fundiária implica, em geral, em fortes obstáculos ao acesso ao crédito e aos programas habitacionais oficiais. As favelas, os mocambos, alagados ou assentamentos clandestinos ou irregulares surgem, proliferam-se, adensam-se, constituindo a única alternativa habitacional para uma grande parte da população que enfrenta, nesse caso, a insegurança quanto à permanência e à precariedade das condições locais (GRAZIA; QUEIROZ, 2001, p.44).

Essas considerações reforçam as concepções de segregação social e espacial, bem como de exclusão, de representativa parcela populacional brasileira.

A partir do século XIX, com a decadência das práticas exploratórias extrativistas, o desemprego e a falta de mão de obra qualificada, motivaram a fixação de pessoas sem ocupação; a economia passou a presenciar investimentos na indústria e comércio e, conseqüentemente, crescimento e expansão urbana originando a segregação<sup>8</sup> socioespacial em União da Vitória.

<sup>7</sup> Riscos Ambientais: a noção de risco ambiental liga-se às ciências da natureza e às ciências da sociedade, e conduz a uma abordagem dual de interface que concebe, como afirmam Dubois-Maury e Chaline (2002), os riscos urbanos como produto combinado de um “àlea” (fenômeno aleatório) e de uma vulnerabilidade (MENDONÇA, 2004a, p.141).

<sup>8</sup> O estudo da segregação tem suas bases na Sociologia, porém encontramos na Geografia e no Planejamento Urbano conceitos que mais se aproximam da análise espacial, por se basearem na forma urbana e



Para Schmidt (2009b), a forma como se organiza o espaço urbano institui-se o modo de organização e de produção social, tendo em vista os reflexos do espaço nos aspectos da sociedade que o constrói. Desse movimento dinâmico emerge o conflito entre grupos com implicações na economia de forma mais evidente.

Lefebvre (1991) observa que a segregação segue caminhos que se associam e interrelacionam ao social e ao político, bem como às estratégias de grupos sociais, de forma consciente ou não.

Outra consideração relevante sobre o termo é encontrada em Vasconcellos (2004 citado por SCHMIDT, 2009b), para quem a segregação não pode ser entendida como preconceito, quer dizer, comportamento ou atitude negativa desfavorável; também não é discriminação, representada por tratamento e práticas não favoráveis, e nem tampouco é marginalidade ou exclusão.

Reforça Schmidt (2009b, p.130) que, segregação é: “[...] resultado de uma desigualdade socioespacial que se expressa na cidade e que concentra os diferentes grupos sociais, bem como pode variar conforme a finalidade da pesquisa, articulando as questões de constatação e de medição”. O produto de diferentes estudos apresenta características que definem e determinam o que seja segregação, isto é, indicadores de renda, ocupação e educação ou grau de instrução.

Com reflexões semelhantes e, dedicado ao estudo dessa temática, Confalonieri (2003, p.200), arrola a noção de vulnerabilidade ao tratamento dos problemas urbanos ambientais e cita autores como Blaikie et al. os quais: “[...] definiram vulnerabilidade como as características de uma pessoa ou grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos de um desastre climático”.

Contudo, apesar de Confalonieri (2003) ressaltar que a vulnerabilidade remete a exposição física de um perigo natural, além de representar a capacidade humana de preparo e recuperação de impactos negativos aos desastres, Mendonça (2004a, p.142) chama a atenção para o fato de que a vulnerabilidade urbana envolve: “[...] uma gama de implicações sociais, econômicas, tecnológicas, culturais, ambientais e políticas diretamente vinculadas à condição de pobreza de representativa parcela da sociedade moderna”.

---

na sua distribuição, cuja preocupação central é a explicação do processo de segregação e não somente a identificação (SCHMIDT, 2009a, p.30).



Outra questão a integrar o termo vulnerabilidade é explicitada por Dubois-Maury e Chaline (2002 citado por MENDONÇA, 2004a), para quem a vulnerabilidade da cidade se refere a dos homens e dos bens nela concentrados e, além disso, implica por diversas vezes, na utilização de seus poderes, imagem e dimensão.

Para esses autores, o fator principal da vulnerabilidade urbana aos riscos, se concentra na acumulação de homens e de atividades características da cidade que remete à fragilidade.

A todos estes ‘elementos-conteúdos’ que enseja, a noção de vulnerabilidade urbana parece necessário evidenciar ainda que, observando-se as várias concepções, as manifestações bruscas e repentinas da natureza (natural *hazards*) e o meio-ambiente, constituem os dois principais responsáveis pelo maior número de problemas socioambientais urbanos. Também é verdade que sozinhos eles não respondem muito, tornando-se imperativo o envolvimento da análise socioeconômica, cultural e política da sociedade face aos riscos urbanos (MENDONÇA, 2004a, p.142).

Observa-se, portanto que, o rápido processo de urbanização gerou problemas como degradação ambiental e trouxe prejuízos às condições e qualidade de vida, de modo especial daqueles menos favorecidos economicamente. A esses fatores são acrescidos os efeitos do impacto ambiental.

## **2.1 Moradores ribeirinhos: o Rio Iguaçu e a população ribeirinha do Bairro São Gabriel**

O Rio Iguaçu, termo indígena, significa “água grande”, nasce na Serra do Mar, no Paraná, segundo a Secretaria Municipal de União da Vitória (SMUV - 2004), a uma altitude de 900 metros, cujo curso possui aproximadamente 1.320 km e atravessa três planaltos até desaguar no Rio Paraná, a 100 metros de altitude. Conforme Langue (2005), pertence à bacia hidrográfica do Rio Iguaçu com cerca de 70.800km<sup>2</sup>, dos quais, 57,329 km<sup>2</sup> no Paraná e 13.470km<sup>2</sup> em Santa Catarina.

O Rio Iguaçu, segundo Milis (2002) desempenha um papel importante na história de União da Vitória, cujo povoado iniciado em 1842 com a passagem das tropas pelo vau do rio encurtou distâncias aos tropeiros para levar o gado dos campos de Palmas – PR, para centros maiores Guarapuava e Palmeiras). Serviu também de ponto de embarque e desembarque no transporte fluvial. Posteriormente, utilizado para captação de água tornada potável após



tratamento adequado, além de constituir-se em espaço de lazer (pesca; passeios de embarcações) e turismo.

Conforme a Lei n. 4.771/65, que institui o Código Florestal, a Área de Preservação Permanente (APP) considera florestas e outras formas de vegetação situadas às margens dos rios e cursos d'água, com faixas marginais estipuladas em metros. Em áreas urbanas essas medidas são previstas no Plano Diretor e leis de uso do solo.

No perímetro urbano de União da Vitória, conforme previsto em seu Plano Diretor (2012) considerando a distância entre as margens direita e esquerda do Rio Iguaçu (média entre 198 e 220 metros) é de 200 metros. Esse espaço de acordo com a legislação só pode ser ocupado para fins de utilidade pública ou interesse social.

No entanto, se observa a ocupação por particulares em situações de irregularidade/ilegalidade como, por exemplo, numa faixa de mil metros à margem esquerda do Rio Iguaçu, no Bairro São Gabriel. Criado por volta de 1979, o Bairro é formado por uma população heterogênea em relação às condições sociais, econômicas, culturais e educacionais. Enquanto a população de melhor poder aquisitivo se estabelece na parte inicial do Bairro, a população de baixa renda ocupa a margem esquerda do Rio Iguaçu na extensão do Bairro.



**Figura 1 – Localização do Bairro São Gabriel**

Fonte: <https://maps.google.com.br/maps>

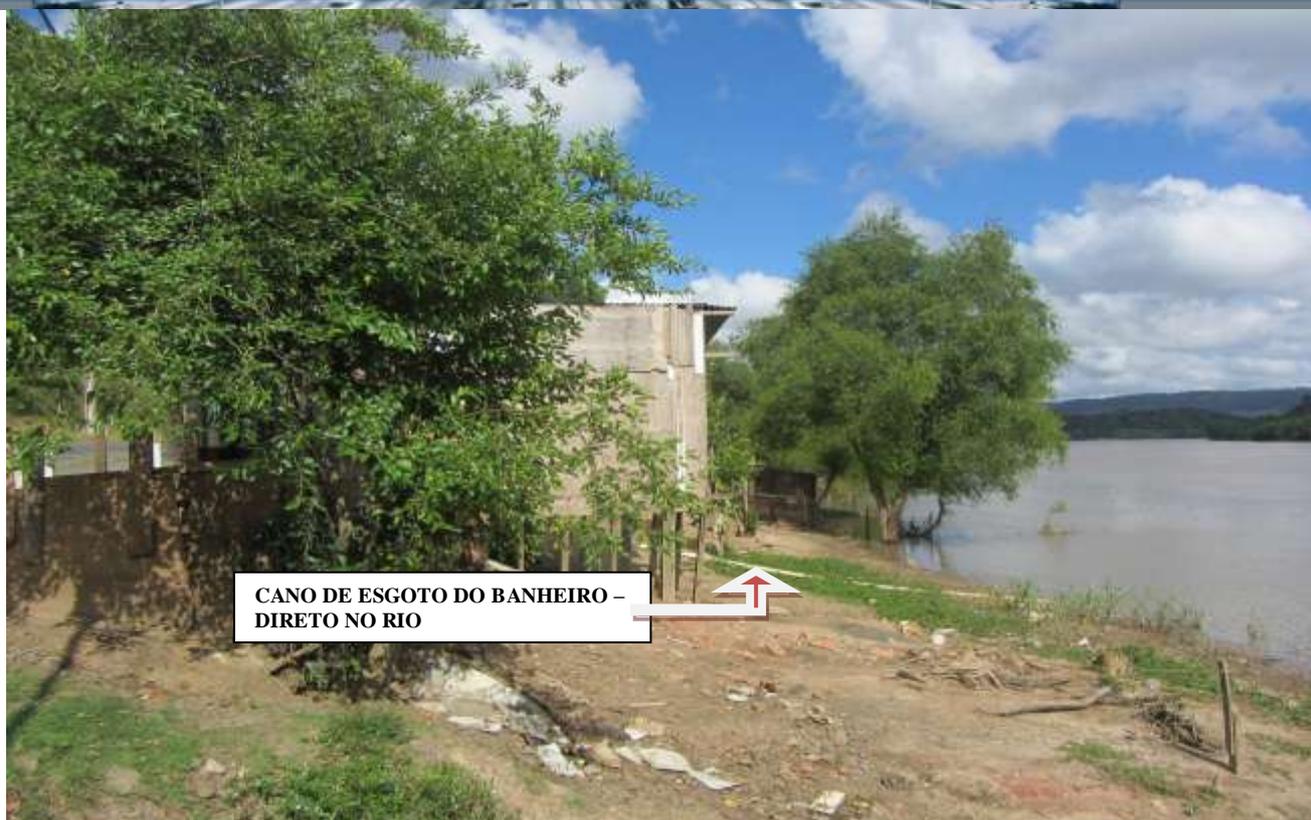


Nesse local, de acordo com o SMUV (2004), há grande incidência de enchentes do Rio Iguaçu, tornando esses moradores pessoas desabrigadas e colocando-as em risco tanto pela quantidade e violência das águas quanto pela vulnerabilidade à transmissão de doenças.

Esses e outros fatores são considerados negativos para o desenvolvimento urbano influenciando nas decisões de investimentos no Município e, por ser local plano, as águas das enchentes demoram a baixar (de 30 a 60 dias) dificultando ainda mais a situação.

Esse modelo de desenvolvimento urbano experimentado em cidades como União da Vitória – PR, em que pessoas com poder aquisitivo adquirem terreno, legalizam sua posse, contratam engenheiros para a construção, cuidam de todos os aspectos da infraestrutura, enquanto outras, sem as mínimas condições econômicas, constroem suas casas sem licença, em terrenos não permitidos (áreas alagadiças, sujeitas a deslizamentos e enchentes), erguem um barraco de lona, com pedaços de compensado e até de papelão, sem nenhum tipo de infraestrutura (saneamento, água, luz, coleta de lixo), contribui para acentuar a segregação socioespacial urbana do Município.

Como exemplo, observa-se na figura 2, além da localização da moradia, a precariedade de sua estrutura fixada sobre alicerces de madeira e construída de retalhos de compensado; um cano conduz direto no rio os dejetos do banheiro. Não há janelas na casa, apenas uma porta estreita (não visível na foto).



**Figura 2 – Vista parcial de moradia – Bairro São Gabriel**

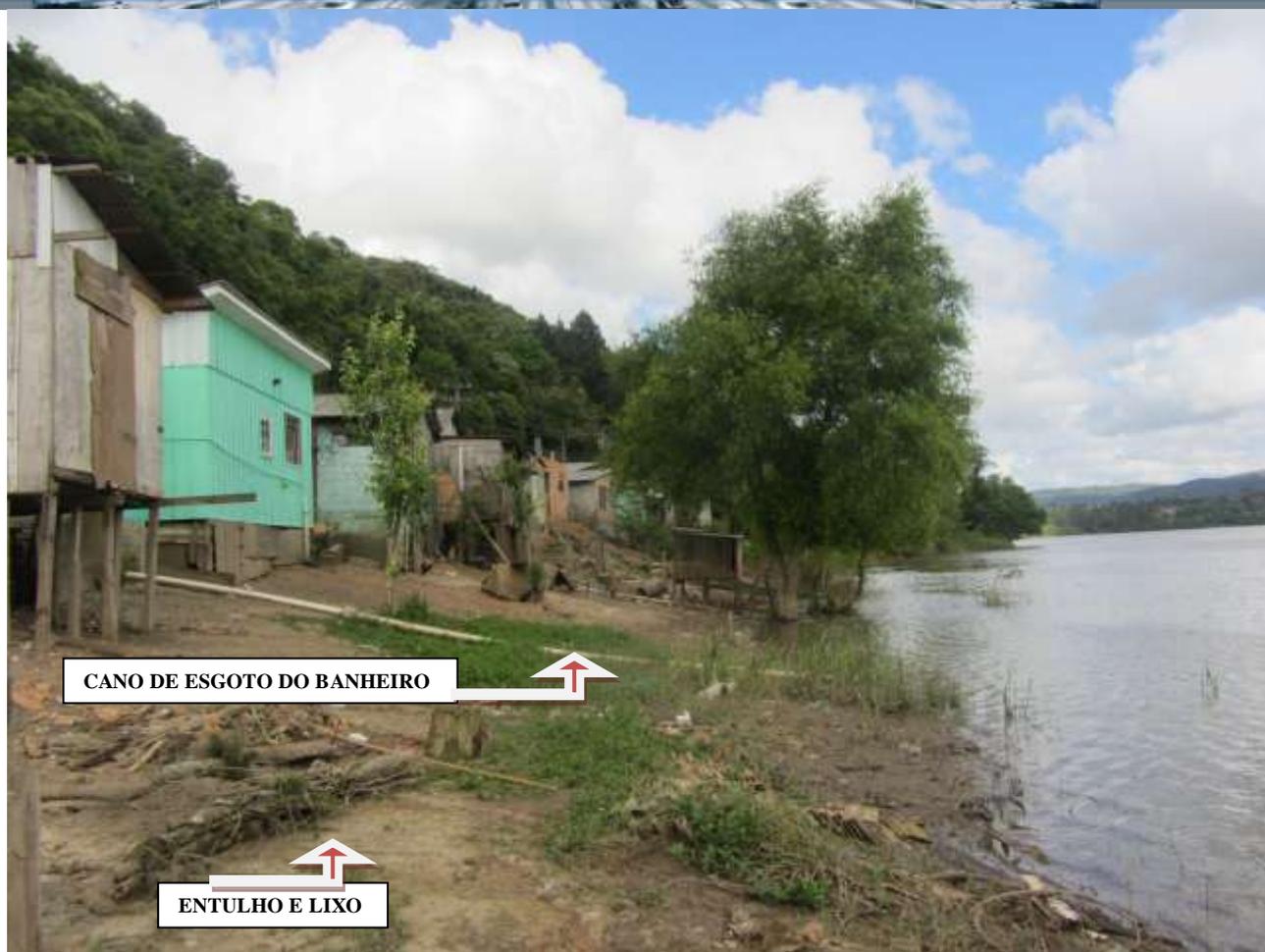
Fonte: Pesquisa, 2012

Outra questão problemática diz respeito ao esgoto (banheiro, pia de cozinha e tanque de lavar roupa) que, quando ligado às fossas sépticas estas desembocam no mato ou no rio e, em muitas casas o esgoto corre a céu aberto.

A figura 3 oferece uma visão parcial mais aproximada da complexidade da estrutura das moradias do Bairro São Gabriel.

Basicamente encostadas umas nas outras, as construções seguem a margem do rio diferindo em tamanhos e matéria prima utilizada para sua confecção. Contudo, observa-se que, todas elas, os dejetos dos banheiros são ligados (por um cano) ao rio.

Além disso, observa-se na Figura 3 que a elevação do nível das águas traz entulhos (madeiras e lixos) e, ao baixar acabam ficando junto às casas, aglomerando-se ao seu redor.



**Figura 3 – Vista parcial de moradias – Bairro São Gabriel**

Fonte: Pesquisa, 2012

As casas, numa faixa de mil metros à beira do Rio Iguaçu, no Bairro em questão, são amontoadas, em precárias condições de conservação; geralmente mora, em cada casa, de seis a dez pessoas e, algumas vezes, até duas famílias morando na mesma casa; sem coleta de lixo, este se avoluma ao redor das moradias e, parte dele é depositado no rio pelos moradores.

Em períodos de chuvas intensas e elevação do nível do Rio Iguaçu, culminando com as enchentes, esses moradores têm suas casas invadidas pelas águas e são levados pela guarda civil, exército e outros para o Pavilhão de Exposições onde ficam abrigados até as águas cederem e voltarem ao nível do leito normal do rio, quando então, retornam para suas moradias.



Associada a essa situação de vulnerabilidade, os habitantes convivem com outros problemas como, por exemplo, a violência, drogas, a prostituição, roubos, assassinatos, entre outras formas de agressões físicas, psicológicas, morais e sociais.

É relevante ainda considerar que, além das casas mal construídas, conforme demonstrado na Figura 4, sem ventilação e iluminação, sem coleta de lixo, observa-se a falta de acesso à água tratada em praticamente todas as casas da extensão descrita.



**Figura 4 – Vista parcial de moradias – Bairro São Gabriel**

Fonte: Pesquisa, 2012

No interior dessas reflexões, não se deve deixar de mencionar a ação da gestão municipal (Prefeitura de União da Vitória) e Caixa Econômica Federal na criação de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Contudo, enquanto muitas dessas casas são destinadas a pessoas com baixa renda e emprego fixo, situação não aplicável aos moradores ribeirinhos do Bairro São Gabriel, outras são destinadas a famílias sem renda, mas



quando estas deixam a habitação antiga, novas famílias, provenientes de outras regiões, passam a ocupar a morada, dando prosseguimento a situação de ocupação irregular.

Esses e outros aspectos vêm de encontro às constatações de Mendonça (2004b), ao qual, uma das explicações para que a população de baixa renda construa suas casas às margens dos rios pode ser atribuída à vulnerabilidade pela escassez da água e insuficiência de políticas públicas de habitação. Essas razões os levam a construir suas moradias em áreas de fragilidade ambiental como, por exemplo, áreas de risco de inundação adjacentes a rios e outros.

Essas afirmativas justificam o posicionamento do autor para o qual, a gestão dos recursos hídricos nos centros urbanos brasileiros deve ser tratada vinculada à questão da habitação e da ocupação do território.

Observa-se, portanto que, as considerações de Mendonça e Leitão (2003), sobre o fato de as cidades se desenvolverem, desde sua origem, sob um determinado ambiente natural, alterável à medida que o espaço urbano se amplia e se dinamiza, se aplica também à ocupação da população ribeirinha às margens do Rio Iguaçu.

Essa constatação provém da observação de que além dos riscos naturais a que as cidades estão expostas, há também que se levar em conta a ação do homem.

[...] a proliferação de construções irregulares favorece o risco de desmoronamentos quando de enxurradas, tormentas, terremotos e inundações. No Brasil, as populações menos favorecidas, devido a problemas decorrentes da especulação imobiliária, são, muitas vezes, impelidas a ocupar irregular e ilegalmente locais de grande fragilidade ambiental, como os mananciais de abastecimento, porções muito íngremes das vertentes, beiras de rios, áreas inundáveis, terrenos adjacentes a lixões e outros, fato recorrente nas regiões metropolitanas brasileiras. A grande maioria dos ocupantes destas áreas de risco acaba produzindo, num claro exemplo da lógica da urbanização corporativa (SANTOS, 1993), ambientes marginais de grande vulnerabilidade [...] (MENDONÇA; LEITÃO, 2003, p.150).

Jacobi (2004) ressalta que, apesar dos impactos negativos dos problemas ambientais serem produtos da precarização dos serviços públicos e das omissões do poder público, são de forma especial o retrato do descuido e da omissão dos cidadãos, incluindo moradores de bairros sem infraestrutura.

Para Mendonça e Leitão (2003), essas colocações trazem à discussão o significado dos problemas ambientais e do conflito entre os interesses particulares, bem como da qualidade de vida da cidade como um todo.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se da análise empreendida no decorrer deste texto que, a ocupação irregular de áreas públicas e/ou privadas para habitação, especialmente às margens do Rio Iguaçu, passaram a ser uma constante acentuando a segregação socioespacial e evidenciando a concentração da pobreza, numa confirmação ao apontado por Grazia e Queiroz (2001, p.24): “[...] mantém-se o padrão segregador da urbanização brasileira; o crescimento nas periferias metropolitanas é muito maior que nos núcleos, relevando a impossibilidade da maior parte da população ter acesso às áreas equipadas, agravando as condições de vida”.

As margens do Rio Iguaçu, de forma específica na extensão do Bairro São Gabriel, refletem essa lógica quando a análise aponta dados sobre uma população que vive em condições de subhabitação, numa faixa de mil metros à margem esquerda do Rio, em que configuram a vulnerabilidade urbana aos riscos e aos problemas socioambientais. Estes coexistem junto a uma população que habita em condições de extrema precariedade – casas de lona, papelão, restos de compensados, pedaços de madeira, sem infraestrutura (rede de água e esgoto).

Esses fatores permitem interrelacionar às condições de impactos, riscos ambientais, pobreza urbana e vulnerabilidades socioambientais urbanas num processo que colabora para a produção de cidades ilegais (informais).

Há também que considerar os investimentos no centro da cidade e a ampliação do número de conjuntos habitacionais (casas populares na periferia da cidade) com atuação intensa do poder público por meio de incentivos das diferentes esferas do poder municipal, estadual e federal, para a retirada de moradores ribeirinhos. Entretanto, tem-se constituído em problema de difícil solução, pois à medida que alguns são retirados, outros surgem e ocupam as antigas moradias dando continuidade ao processo de segregação socioespacial urbana.

### REFERÊNCIAS

BARBIN, H. S. **Histórico da evolução do uso do solo e estudo dos espaços livres públicos de uma região do Município de Piracicaba, SP.** São Paulo: USP, 2003.



BRASIL. **Lei n. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.** Institui no Novo Código Florestal. Brasília: Planalto do Governo, 1965. Disponível em:

[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=77:lei-4771-65-codigo-florestal&catid=37:lei-federal&Itemid=96](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77:lei-4771-65-codigo-florestal&catid=37:lei-federal&Itemid=96). Acesso em 20 jun. 2013.

CONFALONIERI, U. E. C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Revista Terra Livre.** Ano 19, v. 1. n. 20. São Paulo, jan/jul, 2003.

FREITAS, E. de. **Urbanização.** Equipe Brasil Escola. 2012. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/urbanizacao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. et al. **O desafio da sustentabilidade urbana.** Série Cadernos Temáticos, n. 5. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001.

JACOBI, P. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, F. A. (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos.** Curitiba: UFPR, 2004.

LANGUE, F. L. P. **Iguaçu: um caminho pelo rio.** Curitiba: F. L. P. Langue, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, vol. 2. ed. 20. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. Geografia, Geografia Física e Meio Ambiente: uma reflexão a partir da problemática socioambiental urbana. **Revista da ANPEGE.** Vol. 5. Curitiba: UFPR, 2009.

\_\_\_\_\_. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** N.10. p.139-148. Jul/dez. Curitiba: editora UFPR, 2004a.

\_\_\_\_\_. (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos.** Curitiba: RA'EGA, Editora UFPR, 2004b.

MENDONÇA, F. de A.; LEITÃO, S. A. M. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos.** GeoTextos. Vol.4. n. 1 e 2, 2003.

MENDONÇA, F. **Riscos e Vulnerabilidades socioambientais urbanos:** a contingência climática. Curitiba: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2010.

MILIS, E. **Monografia de Porto União.** Palmas: Caigangue, 2002.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.



\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava.** 2009a. Disponível em: <<http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/Tese-02-PGCN0408-T.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SCHMIDT, L. P. Revisitando o conceito: a segregação urbana e suas abordagens. In: VESTENA, L. R. et al. (orgs.). **Saberes geográficos: teorias e aplicações.** Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2009b.

SUERTEGARAY, D. M. A. A problemática ambiental. In: SILVA, J. J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira II.** São Paulo: Annablume, 2006.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Secretaria Municipal de União da Vitória (SMUV).** União da Vitória/PR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de União da Vitória.** União da Vitória/PR, 2012.